

A VISÃO MUSICAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: um relato de experiência

Jailton Barbosa Zuza

Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos do RN
tomfrancajb@hotmail.com

Luzia Mirnia Vieira Fernandes,

Rede Municipal de Ensino da cidade do Natal/RN
luziamirnia@gmail.com

RESUMO

O termo inclusão abrange não só os sistemas educacionais de ensino, mas, sobretudo, todos os contextos sociais. Incluir é fornecer meios e condições para que as pessoas com deficiência possam se desenvolver com qualidade. Nesse sentido, o presente artigo é fruto de um relato de experiência desenvolvido com vinte e um estudantes com deficientes visuais (cegos e baixa-visão), compreendidos na faixa etária entre dezesseis e oitenta e oito anos de idade no Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos (IERC), instituição essa localizada na cidade do Natal (RN). O trabalho pretende descrever o processo de criação e da composição do atual Coral "Vozes do Coração", ligado ao Instituto. Tais informações foram coletadas junto àqueles que estavam presentes desde o início da formação do grupo. Nessa produção ressaltamos desde o papel do regente e a sua forma de reger um coro composto por pessoas com limitações visuais, passando pelo processo de seleção das músicas para o repertório até as mudanças implementadas atualmente. Por se tratar de um projeto que ainda está dando os seus primeiros passos serão enfatizados, ao final, a real intenção de continuidade.

Palavras-chave: Inclusão. Música. Coral.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais existe uma busca para garantir os direitos de todos, sem distinção. Segundo a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, de acordo com a Legislação (Art.1º, inciso 1, p. 11), “[...] o direito a igualdade de oportunidades é garantido pela Constituição e pelos princípios gerais do direito.”

Mesmo diante do avanço social, na garantia de direitos de igualdade, observa-se que a falta de conhecimento sobre como as pessoas com deficiência foram percebidas na história faz com que ainda exista uma exclusão sócio-cultural, baseada em princípios que estão fora do contexto atual.

Diante dessa realidade, segundo Sassaki (1997), surgiu no final da década de 60, um novo paradigma: o movimento pela Integração Social, que procurava garantir a inserção das pessoas com deficiência nos sistemas sociais, como a educação, o lazer, a família e o trabalho.

Mesmo com esse movimento, percebeu-se que esses direitos não foram garantidos, uma vez que a integração tinha como objetivo, apenas, inserir essas pessoas na sociedade, desde que estivessem, de alguma forma, capacitadas a superar todas as barreiras nela existentes.

Diante dessa situação surgiram novas perspectivas sobre essa questão, principalmente por parte das pessoas com deficiência: a Inclusão, que pressupõe uma ampla abertura na escola para atender a todos os educandos, em sala regular, respeitando as suas diferenças e atendendo às suas necessidades individuais (MARTINS, 1999).

Para Stainback e Stainback (1999), a educação inclusiva teve início nos Estados Unidos, no final da década de 70. No entanto, foi a partir da Conferência Mundial promovida pela UNESCO, em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha, versando sobre as Necessidades Educacionais Especiais, que a educação foi discutida como uma questão de direitos humanos. Sobre essa Declaração de Salamanca, é importante ressaltar que

(a) a preocupação com os alunos que apresentam necessidades especiais e que residem nas áreas rurais, normalmente mais carentes de recursos de toda a ordem; (b) a recomendação de buscar apoio da comunidade; (c) a

otimização dos recursos disponíveis; (d) a elaboração e implementação de políticas educacionais que contemplem todas as crianças, jovens e adultos de todas as regiões do país, independentemente de suas condições pessoais e econômicas, e por toda a vida e (e) as linhas de ação devem ser consideradas tanto para as escolas governamentais, como para as particulares (CARVALHO, 2000, p. 46).

Existe, na referida Declaração, uma preocupação em relação à inclusão de todas as pessoas, o que fez com que ela se tornasse um marco histórico no que diz respeito à educação inclusiva.

Em 2001, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala, que ficou conhecida como Convenção de Guatemala, e que foi aprovada pelo Brasil, no Congresso Nacional, deixou claro que não deve existir a diferenciação com base na deficiência, definindo a discriminação como sendo

Toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência, antecedente da deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras da deficiência de seus direitos humanos e de suas liberdades fundamentais (art. I n° 2, “a”).

40

No entanto, ela não define como discriminação a diferenciação (ou preferência) adotada para promover a inclusão social das pessoas com deficiência, no intuito de garantir a igualdade de oportunidade dessas pessoas. Por exemplo, quando é garantido um percentual de vagas nos concursos públicos para pessoas com deficiência.

A inclusão social pode ser definida como um processo, ao qual a sociedade se adapta para “[...] poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, essas se preparam para assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 1997, p.41).

No processo inclusivo, a sociedade de um modo geral, inclusive a escola, tem que se preparar para atender à diversidade existente e às necessidades de todos os educandos, tanto no aspecto social, quanto no aspecto educacional. É imprescindível proporcionar não só a inserção dos educandos na sala de aula, mas

o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, com qualidade. É um processo que extrapola o contexto e os muros da escola.

A convivência com pessoas com deficiência proporciona uma melhor oportunidade de preparação para a vida em sociedade. Os professores ampliam suas capacidades e potencialidades profissionais e a sociedade se conscientiza do valor social da igualdade de oportunidades para todos, pois

o ambiente de aprendizagem é o ensino regular, no qual se flexibiliza o processo pedagógico, para que todos possam ter acesso ao currículo, beneficiando-se da escolarização. Para avançar nesse processo, além de conhecimentos e informações, é importante a conscientização dos direitos dos alunos quanto as suas necessidades educacionais especiais para que sejam respeitadas e valorizadas as diferenças (ALVES, 2006, p.7).

Nesse sentido, esse processo, quando bem planejado e executado, pode beneficiar todos os estudantes, com relação à construção de hábitos, atitudes, conhecimentos, enfim, no que diz respeito ao seu desenvolvimento pessoal, social e acadêmico, ou seja, proporciona uma escola igualitária nos direitos possibilitando uma educação de qualidade para todos os seus educandos.

Assim, percebemos que o processo inclusivo têm inúmeros desafios, principalmente, no que se refere às mudanças de concepções e atitudes.

O presente trabalho é fruto de um relato de experiência desenvolvido desde o ano de 2015 com educandos deficientes visuais que estudam no Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos (IERC). Esta Instituição essa localizada na rua Fonseca e Silva, no. 1113, situada no Bairro Alecrim, na cidade do Natal (RN).

O IERC, anteriormente chamado de Instituto de Proteção aos Cegos e Surdos-mudos foi criado em 1952 por iniciativa do então médico psiquiatra Dr. Ricardo César Paz Barreto, com a proposta inicial de assistência e proteção, educação psicossocial e religiosa, se constituindo assim, na primeira instituição especializada do estado.

Atualmente a Instituição desenvolve atividades relacionados às áreas de estimulação, orientação e mobilidade, alfabetização na linguagem Braille, música e esportes e o goalball.

Esse breve ensaio foi pensado devido a necessidade de se documentar o trabalho que é realizado pelo Instituto, não permitindo que os projetos permaneçam somente na memória daqueles que o vivenciam, podendo assim, servir de referencial para futuras produções acadêmicas. Buscamos, mediante conversas direcionadas junto às pessoas que encontravam-se presentes no momento em que o Coral foi criado, o resgate de informações para ilustrar nosso registro.

Seguindo este campo de observações, elegemos os seguintes objetivos:

- Desenvolver a percepção auditiva e a memória musical;
- Proporcionar a atenção, o gosto e a sensibilidade em relação a música;
- Possibilitar que os estudantes aprendam a utilizar e cuidar da voz como meio de expressão e comunicação musical;
- Estimular a pesquisa, exploração, composição e interpretação de sons de diversas naturezas e procedências.

42

2 DESENVOLVIMENTO

Fenômeno universal, a música está presente na história de todos os povos e civilizações do planeta. Desde os primórdios, a música faz parte do cotidiano das comunidades, manifestando-se de diferentes maneiras, em ritos, festas e celebrações.

A música tem uma função primordial como forma de lazer e na socialização das pessoas, uma vez que cria e reforça laços sociais e vínculos afetivos, além de exercer um relevante papel na formação cultural do ser humano, por meio do repasse de ideias, informações e conceitos, servindo para o aprimoramento e aprendizado.

Dentre as atividades na área de Artes ofertadas pela instituição, a música sempre se fez presente mediante o ensino-aprendizagem de alguns instrumentos, tais como teclado, sanfona e violão, que culminaram com a formação de uma banda chamada *Eclipse*.

Em 2014 o Projeto de Extensão *Evidência Cultural*, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), deu início a criação de um

Coral, entretanto, esse teve uma duração temporária, encerrando ao término das atividades do Projeto.

O trabalho com a música teve uma pausa, pois o professor que lecionava esse tipo de atividade recebeu a sua aposentadoria pelo governo do Estado do Rio Grande do Norte, ficando, assim a instituição sem o profissional para esse tipo de atendimento por dois anos consecutivos.

Ao final do ano de 2015, surge, por parte da docente de Orientação e Mobilidade (OM), a ideia de um coral para apresentar algumas músicas durante a festividade de final de ano da instituição. Para a realização desse feito, a sugestão foi lançada a um pequeno grupo de alunos, os quais já faziam pequenas participações em eventos culturais do IERC.

No entanto, para se constituir um coral tornava-se necessário um determinado número de participantes cantantes. Para isso, esses estudantes saíram pelos corredores do Instituto divulgando a proposta e fazendo o convite a outros estudantes a participarem da apresentação.

43

Juntaram-se para esse momento em torno de 10 pessoas, estando entre elas oito discentes, uma professora e uma funcionária. A própria idealizadora do Coral foi a responsável por organizar o grupo e conduzir os ensaios, os quais eram realizados com a ajuda de alguns dos integrantes que tinham uma vivência maior com a música, todavia esses encontros aconteciam de forma experimental, uma vez que não se tinha o conhecimento das técnicas de regência propriamente ditas,

No dia 13 de dezembro desse mesmo ano ocorreu a primeira apresentação do grupo, intitulado provisoriamente de *Coral IERC*, durante a culminância das atividades letivas. Usando uma espécie de “avental” na cor verde, o coral se apresentou para a comunidade da Instituição: equipe docente, funcionários, pais e alunos.

Para esse momento foram selecionadas duas canções: *Ao que vai chegar* (de Toquinho) e *Jesus Cristo* (de Roberto Carlos), sendo a primeira música acompanhada ao violão, cantada por um dos componentes, e a segunda cantada, só cantada à *capela*.

Em março de 2016, iniciou-se uma nova etapa no que se refere aos trabalhos envolvendo a música no Instituto. A ideia inicial era formar uma orquestra de violões,

porém, na medida em que houve a interação com o público alvo da instituição, percebeu-se a necessidade de se enveredar para uma outra atividade mais acessível - o Canto Coral.

O Coral teve sua evolução dentro do IERC devido tanto a alguns componentes que já possuem um certo domínio musical advindos de um projeto de extensão desenvolvido pela Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EMUFRN), como também da força de vontade, determinação e motivação de alunos sem qualquer conhecimento na área.

Em sua grande maioria, os integrantes são cegos ou com baixa-visão, entretanto, como surgiu interesse por parte de alguns funcionários, todos videntes da instituição, resolvemos abrir exceções e inclui-los no grupo, a respeito da formação de um Coral. Fernandes e Östergren afirmam que

Independentemente do seu valor artístico, tempo histórico e estilo, uma composição coral é uma proposta de compositor, na qual, a partir de um texto, ele propõe o ritmo, o andamento, as diferentes frequências das vozes, a dinâmica e a expressão. Sua execução vai depender da realização correta da afinação, da articulação inteligível do texto, além das qualidades técnico-vocais do coro, administradas pela competência do regente que deve moldar sua visão da obra expressando-a através da sonoridade resultante deste processo (2006, p. 35).

44

Com o Coral uma vez composto por um número significativo de vozes cantantes, fazia-se necessário escolher um nome, como forma também de o grupo não ser (re)conhecido pela sua deficiência ou limitação como o coral de cegos.

Em conversa com a presidente do Instituto pensou-se a princípio em continuar fazendo uso de Coral IERC, mas ao perceberem que precisavam de um nome com maior visibilidade, chegaram a denominação de *Vozes do Coração*, sugestão essa fornecida pelo próprio professor de música.

Tal título foi pensado partindo do pressuposto de que por serem coralistas, em sua grande maioria deficientes visuais, estes cantariam com mais vontade e determinação, usando o órgão humano para expressar a emoção sentida a cada apresentação.

Após o Coral formado e nominado, surgiu o seguinte questionamento: *Como reger um coral constituído por deficientes visuais?* Devido a limitação visual, não se

poderia fazer uso da regência convencional. Para tanto, foi necessário realizar adaptações utilizando técnicas simples e objetivas como sonoridade do violão, pulsação rítmica com batidas dos pés e / ou mãos e comandos de voz, como por exemplo contagem numérica, “1, 2, 3 e...”. ou “2 e...”. de acordo com a proposta e a exigência natural da música a ser trabalhada.

Essas são nuances fundamentais para que os coralistas tenham segurança e firmeza no momento da entrada de cada música a ser interpretada.

A performance musical é dependente tanto da técnica como da capacidade artística do executante. Da mesma forma que o regente ensinou aos membros de um coro as técnicas de produção vocal e canto em conjunto, assim (também) ele deve oferecer-lhes orientação no desenvolvimento de sua sensibilidade a realização artística. Neste nível do fazer musical, o regente está lidando quase que exclusivamente com elementos sutis. Uma característica distintiva da realização artística é o refinamento, a sensibilidade para mudanças pouco perceptíveis na sonoridade, ritmo e dinâmicas. O regente deve ser uma pessoa sensível e estar apto a transmitir tais refinamentos para os cantores. (HEFFERNAN apud FERNANDES & ÖSTERGREN, 1982, p. 111):

45

A escolha do repertório deu-se a partir do próprio regente, o qual lança as propostas para o grupo. No entanto, se trata de uma decisão democrática, o maestro deixa os integrantes bastante à vontade para opinar, bem como contribuir com novas sugestões e ideias para os arranjos das músicas selecionadas. De acordo com (DEVENNY apud ALMEIDA, 2014, p. 78), “[...] encontrar as peças certas para seu grupo é uma tarefa demorada que requer tempo e cuidado, mas que faz parte desse trabalho do regente para se obter um bom resultado.”

As músicas escolhidas para o Repertório foram: *Coro cobra* - Telma Chan; *É preciso saber viver* - Roberto e Erasmo Carlos; *Paraíba* - Humberto Teixeira; *É proibido cochilar* - Antônio Barros; *Noites traiçoeiras* - José Carlos Papae; e *The lion sleeps tonight* - The Tokens.

A seleção do Repertório foi baseada em músicas de cunho popular e de fácil aceitação da plateia presente nos eventos, músicas estas que permitem uma melhor interação com o público expectador e por conseguinte, um satisfatório retorno aos coralistas.

Os encontros de preparação das músicas ou ensaios propriamente ditos, acontecem duas vezes por semana, com duração de cinquenta minutos a uma hora,

em dias escolhidos de acordo com a disponibilidade de grande parcela do grupo, uma vez que alguns componentes por residirem em cidades localizadas no interior do nosso estado, algumas vezes apresentam dificuldades de se deslocarem ao local dos ensaios.

Durante os ensaios observou-se que os coralistas ficavam um tanto quanto estáticos, sem esboçar movimento algum ou realizando movimentos isolados e aleatórios. Nesse sentido percebeu-se a necessidade de acrescentar breves coreografias à música *Coro cobra*, e posteriormente inserir palmas ritmadas ao refrão da música *É proibido cochilar*.

Para tanto, ao propor e desenvolver uma atividade coreográfica é necessária a utilização de meios, os quais proporcionem exercícios físicos e vocais vislumbrando, assim o desenvolvimento das habilidades corporais, de acordo com Porpino (2006, p. 46),

[...] o corpo expressa a simplicidade do ato de existir na complexidade de suas relações com o mundo. Seja no brincar cotidiano ou em um momento restrito de um espetáculo, os corpos expressam seus gestos momentâneos, que em suas efemeridades envolvem-se, dialogam com outros muito sentidos emergentes dos gestos vividos anteriormente na convivência com outros corpos. Os corpos brincam, choram, desesperam-se, entusiasmam-se, dançam [...].

46

E após algumas apresentações internas iniciaram as apresentações externas, sendo a primeira na Assembleia Legislativa do município do Natal no dia 21 de setembro, data em que é celebrado o dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, a partir daí novos convites foram surgindo.

Chegando ao ano de 2017 iniciou-se um trabalho mais apurado, acrescentando uma segunda voz a algumas das músicas cantadas pelos componentes, uma vez que anteriormente o coral se constituía em um conjunto de vozes uníssono, homogêneo, assim como a inserção da flauta doce na música *Noites traiçoeiras*, sendo esse instrumento tocado por quatro integrantes.

Como alguns coralistas iniciaram um curso de inglês básico no Instituto, resolvemos acrescentar pelo menos mais duas músicas nessa língua, a fim de proporcionar uma maior dinamicidade ao Repertório.

Atualmente o Coral é formado por 21 componentes, sendo 8 homens e 13 mulheres, compreendidos na faixa etária entre dezesseis e oitenta e oito anos. Dentro do universo feminino do grupo, destacamos a presença de três funcionárias / voluntárias videntes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, a música tem o dom de nos acalmar, divertir, encantar e emocionar, ela tem o poder de resgatar histórias, marcar épocas e relacionamentos, podendo ser encarada como lazer, terapia, entretenimento ou ser o linimento para as dores e dificuldades do dia-a-dia.

Para as pessoas que perderam um dos sentidos como a visão, ela pode ser entendida como o sinônimo de renascimento, a formação do coral possibilitou que os discentes pudessem ser vistos como seres dotados de capacidades e habilidades, apesar de suas limitações, ou seja, são pessoas deficientes, porém eficientes.

47

Percebemos que foi e está sendo um trabalho bem aceito pelos alunos e equipe docente da instituição. Destacamos o empenho, dedicação e comprometimento do grupo ao se fazer presente a cada ensaio e apresentação.

Diante disso enfatizamos que o grupo avançou em termos de técnica vocal e conhecimento musical, no entanto é um trabalho que ainda se encontra no início. Ressaltamos entretanto, que esse trabalho já não é somente um projeto, mas uma realidade que já faz parte do cotidiano do Instituto, assim reafirmamos a nossa intenção de alçar voos mais altos, sendo esse apenas o primeiro passo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Matheus Cruz Paes de. Escolhendo o repertório coral: uma tarefa de regentes? **Revista Música Hodie**, Goiânia, v. 16, 232 p., n. 2, 2016.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Municipal dos Direitos Humanos, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FERNANDES, A.; KAYAMA, A.; ÖSTERGREN, E. **O regente moderno e a construção da sonoridade coral**. Belo Horizonte, n.13, 2006, p.33-51. Disponível em: www.musica.ufmg.br/permusi/port/numeros/13/num13_cap_03.pdf. Acesso em: 12 de set. 2017.

MARTINS, Lúcia de Araújo R. A diferença / deficiência sob uma ótica histórica. **Educação em questão**, v. 8/9. Natal: EDUFRN, 1999.

48

PORPINO, Karenine. **Dança é educação: Interfaces entre Corporeidade e Estética**. Natal, EDUFRN, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, Susan, STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Arte Médicas, 1999.